



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados/as e outros/as profissionais da área forense.

1.º dia – 18 de janeiro – Lisboa Espaço urbano – Questões cíveis

Objetivos: Identificar as virtualidades e modos de atuação dos instrumentos jurídicos civis face aos desafios apresentados contemporaneamente pelo espaço urbano.

Aprofundar o conhecimento do regime do arrendamento urbano para habitação e para fins não habitacionais, bem como do procedimento especial de despejo e estimar as respetivas perspetivas de evolução

Reunir informação acerca de novas questões em matéria de propriedade horizontal, em especial face ao incremento do turismo e às exigências de defesa do património urbano e outros interesses coletivos.

Examinar a atuação dos instrumentos do direito civil na resolução da conflitualidade no espaço urbano, designadamente no âmbito da tutela da personalidade humana.

Programa:

Tarde

14h00 *Abertura*

14h30 *Conflitos no condomínio – questões da prática judiciária*

António Abrantes Geraldes, *Juiz Conselheiro - Supremo Tribunal de Justiça*

15h15 *Edifícios de interesse histórico*

Sandra Passinhas, *Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

Debate

Pausa

16h30 *Procedimento especial de despejo*

Regina Santos Pereira, *Advogada – SRS Advogados, Formadora no Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados*

Debate

Moderação: Júlio de Pina Martins, *Procurador Geral-Adjunto, Coordenador da Comarca de Setúbal*

1 / 4



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

2.º dia – 25 de janeiro – Lisboa

Novas controvérsias em matéria de custas

Objetivos: Consolidar conhecimentos técnicos sobre o regime jurídico das custas processuais, numa perspetiva de especialização avançada.
Atualizar abordagens face aos novos desafios colocados por esse regime jurídico, integrando a mais recente jurisprudência constitucional sobre a matéria.

Programa:

Manhã

09h30 *Abertura*

09h45 *As custas de parte – uma análise global*

Salvador da Costa, *Juiz Conselheiro Jubilado – Supremo Tribunal de Justiça*

11h00 *Custas nos processos especiais*

Joana Cruz, *Juíza de Direito – Juízo Local Cível de Caldas da Rainha*

Sofia Bento, *Procuradora da República – Juízo Central e Local Cível de Loures*

Pausa

Debate

Moderação: Laurinda Gemas, *Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Lisboa*

12h30 *Pausa para almoço*

Tarde

14h30 *O regime das custas face à Constituição da República Portuguesa – A jurisprudência do Tribunal Constitucional*

João Miguel Cabral, *Juiz de Direito – Assessor do Tribunal Constitucional*

15h15 *Execução por custas – algumas questões*

Virginio da Costa Ribeiro, *Juiz de Direito – Juízo de Execução do Porto*

Teresa Noronha, *Procuradora da República – Juízo de Execução de Almada*

José Póvoas, *Formador Coordenador, Centro de Formação da Direção Geral da Administração da Justiça*

Debate

Moderação: Paulo Morgado Carvalho, *Procurador da República, Coordenador da Comarca de Lisboa*



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

3.º dia – 15 de março de 2019 – Porto

Espaço urbano – Questões cíveis

Objetivos: Identificar as virtualidades e modos de atuação dos instrumentos jurídicos civis face aos desafios apresentados contemporaneamente pelo espaço urbano.

Aprofundar o conhecimento do regime do arrendamento urbano para habitação e para fins não habitacionais, bem como do procedimento especial de despejo e estimar as respetivas perspetivas de evolução.

Reunir informação acerca de novas questões em matéria de propriedade horizontal, em especial face ao incremento do turismo e às exigências de defesa do património urbano e outros interesses coletivos.

Examinar a atuação dos instrumentos do direito civil na resolução da conflitualidade no espaço urbano, designadamente no âmbito da tutela da personalidade humana.

Programa:

Manhã

09h30 *Abertura*

09h45 *O arrendatário de prédio urbano para habitação – poderes e deveres*

Fernando Gravato Morais, *Professor Catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho*

10h30 *Alojamento local e propriedade horizontal*

Aristides Almeida, *Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto*

Pausa

11h30 *Prédios urbanos – expropriação, benfeitorias e acessão industrial*

José Alberto Vieira, *Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

Debate

Moderação: Maria Raquel Desterro Almeida Ferreira, *Procuradora-Geral Adjunta, Procuradora-Geral Distrital do Porto*

Tarde

14h30 *Arrendamentos para fins não habitacionais – questões atuais*

Maria Olinda Garcia, *Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Juíza Conselheira – Supremo Tribunal de Justiça*

15h15 *Abordagem cautelar cível de conflitos no espaço urbano – o papel do Ministério Público*

João Alves, *Procurador da República – Juízos Centrais Cíveis de Almada – Coordenador do Gabinete de Interesses Difusos e Coletivos da Procuradoria Geral da República*

Debate

Moderação: Cecília Agante, *Juíza Desembargadora no Tribunal da Relação do Porto*



Temas de Direito Civil e de Direito Processual Civil

Ação de Formação Contínua Tipo C

Lisboa ▪ 18 e 25 de janeiro de 2019 ▪ Montepio – Auditório – Rua do Ouro, 219 a 241

Porto ▪ 15 e 22 de março de 2019 ▪ Delegação do CEJ – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º

4.º dia – 22 de março – Porto

Questões da prática judiciária no âmbito das AECOP's, Injunções e PED

Objetivos: Consolidar conhecimentos sobre o regime jurídico das formas simplificadas de obtenção de títulos executivos e do processo executivo subsequente.
Atualizar abordagens face aos novos desafios colocados por esse regime jurídico, integrando a mais recente jurisprudência constitucional e os instrumentos do Direito da União Europeia.

Programa:

Manhã

09h30 *Abertura*

09h45 *Formas simplificadas de obtenção de títulos executivos – uma avaliação*

10h30 *Execução de instrumentos autênticos estrangeiros em Portugal – o regime do Regulamento Bruxelas I*

Paula Pott, Juíza Desembargadora, Ponto de Contacto da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Debate

Moderação: José Igreja de Matos, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto

Pausa para almoço

Tarde

14h30 *AECOP's (incluindo as iniciadas como requerimento de injunção): questões da prática judiciária e a visão do Tribunal Constitucional*

Carlos Querido, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação do Porto

João Pedro Baptista, Juiz de Direito, Membro da Associação dos Assessores do Tribunal Constitucional (AATRIC)

15h15 *A execução fundada em injunção à qual foi aposta fórmula executória – questões da prática judiciária*

João Paulo Raposo, Juiz de Direito

Debate

Moderação: Aida Aranha, Procuradora da República